



PROVINHA **BRASIL**

Reflexões sobre a Prática

2008

INEP



**Ministério
da Educação**



Presidência da República Federativa do Brasil

Ministério da Educação

Secretaria Executiva

Presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Diretoria de Avaliação da Educação Básica

Secretaria de Educação Básica

**Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologia para
Educação Básica**

PROVINHA BRASIL

2008

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

Secretaria de Educação Básica

Jeanete Beauchamp

Centro de Alfabetização Leitura e Escrita da Universidade Federal de Minas Gerais

Ceres Salete Ribas da Silva

Delaine Cafeiro

Francisca Izabel Pereira Maciel

Gladys Rocha

Maria das Graças Bregunci

Maria Lúcia Castanheira

Maria Zélia Versiani

Introdução

A Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica, que pode auxiliar professores, coordenadores e gestores a identificar o desempenho dos alunos em processo de alfabetização, no início do 2º ano de escolaridade do ensino fundamental. Pretende-se que as informações produzidas ajudem os profissionais das escolas a compreender quais são as aquisições dos alunos sobre a língua escrita e quais aspectos dos conteúdos deverão desenvolver ao longo do ano escolar para que avancem em sua aprendizagem. O objetivo principal da avaliação é oferecer às redes de ensino um instrumento para acompanhar a evolução do trabalho desenvolvido nas escolas, e prevenir, assim, o diagnóstico tardio dos baixos níveis de alfabetização e letramento. Concorre-se, dessa forma, para a melhoria da qualidade de ensino e para a redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional. Para alcançar esse objetivo, a Provinha Brasil avaliará a aprendizagem das crianças após um ano de escolarização. Ao avaliar as crianças nessa etapa da escolaridade, é possível verificar como está o processo de aquisição das habilidades de leitura e algumas habilidades de escrita, por parte dos alunos, desde o início de seu processo de alfabetização. Supondo que este processo se inicie no primeiro ano do ensino fundamental (independentemente de ser ele de 8 ou de 9 anos), a avaliação procura verificar se as habilidades estão ou não sendo adquiridas durante essa etapa da escolarização.

Para auxiliar os professores nesse processo de avaliação das crianças, o Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Universidade Federal de Minas Gerais (Ceale/UFMG), elaborou um conjunto de instrumentos que foram disponibilizados aos gestores das redes públicas de ensino. Esses instrumentos foram criados para serem aplicados pelo professor da turma ou por outro professor da escola, evitando possíveis problemas com a entrada de pessoas estranhas à sala de aula com crianças nessa idade. É preciso que as crianças se sintam à vontade para resolver os itens e que não se sintam intimidadas como se estivessem sendo examinadas. Não é este o objetivo da Provinha Brasil. Os resultados da avaliação serão analisados pelo próprio professor da turma (ou pelo aplicador), a partir do guia que traz orientações sobre os procedimentos adequados de correção e de interpretação dos desempenhos dos alunos na avaliação diagnóstica. Assim, cada professor poderá saber o nível de desempenho de sua turma após a aplicação da prova. Além de dar visibilidade ao desempenho de alunos de uma determinada turma, os respectivos resultados poderão ser reunidos ao desempenho das demais, de modo a se ter um panorama da escola, da regional ou de toda a rede de ensino. A criação de espaços e fóruns coletivos para discussão e análise dos desempenhos dos alunos pode contribuir para a elaboração conjunta de planejamentos e tomada de decisões sobre formas diversificadas de acompanhamento daqueles que necessitam de ajuda em sua aprendizagem. Os resultados podem ainda apontar a necessidade de investimento em políticas de formação e aperfeiçoamento dos educadores que enfrentam dificuldades em sua prática.

O que diferencia a Provinha Brasil de outras avaliações externas?

É importante ressaltar, mais uma vez, que os resultados da Provinha Brasil não serão utilizados na composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. O desejável é que ela seja utilizada com o intuito de orientar as ações políticas e pedagógicas que poderão, em conjunto com outras iniciativas, melhorar os índices apresentados até o momento. Para isso, o professor terá acesso a um documento com detalhamento das habilidades necessárias para resolução das questões, que subsidiará a análise dos resultados alcançados pelos alunos em processo de alfabetização.

Outro aspecto importante sobre a Provinha Brasil é que a avaliação proposta diferencia-se das demais que vêm sendo realizadas no país pelo fato de fornecer respostas diretamente aos alfabetizadores e gestores da escola, reforçando, assim, uma de suas finalidades que é a de construir um instrumento pedagógico, sem fins classificatórios. Ela foi concebida a partir do pressuposto de que uma avaliação da fase inicial da alfabetização pode trazer para o professor e para o gestor da escola informações que vão contribuir para o aperfeiçoamento e a reorientação das práticas pedagógicas. Apresenta-se, dessa forma, como instrumento que propiciará o redimensionamento da prática pedagógica do professor. A intenção desse instrumento é a de possibilitar o desenvolvimento de práticas pedagógicas que alcancem níveis mais satisfatórios de alfabetização e letramento do que aqueles apresentados atualmente nas escolas do país.

As contribuições da Provinha para a organização da alfabetização e do letramento

Por meio da análise dos resultados da avaliação é possível responder, dentre outras, a algumas questões sobre o processo de ensino e aprendizagem da língua escrita pelas crianças, sobretudo no que tange à leitura:

- Quais capacidades de leitura os alunos dominam?
- Quais capacidades de leitura a escola agregou ao desempenho de seus alunos em um ano de escolaridade?
- Quais dificuldades em leitura os alunos apresentam ao final de dois anos de escolaridade?
- Quais capacidades necessitam ser consolidadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

Essas informações são muito importantes para o professor porque é com base nelas que poderá desenvolver os principais mecanismos com os quais controlará, com autonomia, seu processo de trabalho. “Sabendo o que os alunos já sabem”, ele terá uma referência segura para elaborar seu planejamento pedagógico e estabelecer metas a serem atingidas, selecionar e criar atividades pertinentes aos níveis de

conhecimentos dos alunos e estabelecer formas de trabalho adequadas para turmas heterogêneas.

A participação numa avaliação como a proposta pela Provinha Brasil traz benefícios para todos os envolvidos no processo educativo:

- Os alunos poderão ter suas necessidades melhor atendidas mediante o diagnóstico realizado e, assim, espera-se que o seu processo de alfabetização aconteça satisfatoriamente.
- Os professores alfabetizadores contarão com um instrumental valioso para identificar, de forma sistemática, as dificuldades de seus alunos, instrumental que possibilitará a reorientação do que ensinar e de como ensinar. Além disso, as análises e interpretações dos resultados e os documentos pedagógicos, a eles relacionados, poderão contribuir para a formação dos professores.
- Os gestores poderão fazer escolhas bem fundamentadas em sua gestão, reunindo elementos para o planejamento curricular e para subsidiar a formação continuada dos professores alfabetizadores, a fim de melhorar a qualidade do ensino em sua rede.

Tendo em vista as contribuições que a avaliação pode trazer para a organização do trabalho docente, vale repetir, professores e gestores, com base nos resultados da avaliação, devem refletir sobre a prática pedagógica desenvolvida na escola. O objetivo de tal reflexão é o de redefinir o planejamento de ensino e aprendizagem, modificando-o, especificando-o, aprimorando-o. Isso significa considerar que os resultados da Provinha Brasil podem redimensionar objetivos e metas do trabalho pedagógico que será desenvolvido nos anos iniciais do ensino fundamental. Isso significa ainda que os profissionais das escolas precisam estar comprometidos com a análise coletiva dos resultados da avaliação, procurando investigar e compreender a natureza dos erros e acertos dos alunos. Só assim a discussão desses resultados levará à tomada de decisões quanto ao trabalho a ser desenvolvido durante o ano letivo.

Depois dessa análise e discussão coletiva, é importante que a escola:

- avalie a distribuição dos conteúdos e das capacidades da alfabetização e letramento no ano, e ao longo dos anos subseqüentes, determinando quais deles irá privilegiar;
- compartilhe essas metas com as famílias de seus alunos, para acolher sugestões e, por meio desse diálogo, favorecer o interesse da família pelo aprendizado do aluno e oferecer subsídios para o acompanhamento da aprendizagem;
- compartilhe esses objetivos com os próprios alunos, para que sempre saibam o que deles é esperado e para que possam, assim, monitorar seu processo de aprendizagem;

- utilize os resultados da avaliação como material para a formação continuada de alfabetizadores.

Análise cuidadosa dos desempenhos dos alunos pelo professor

Para que a aplicação da Provinha Brasil contribua para a realização de um diagnóstico da aprendizagem dos alunos é preciso que o professor procure compreender a natureza das respostas apresentadas por eles.

É necessário analisar tais respostas e transformá-las em “dados observáveis” que permitam inferir hipóteses ou conflitos cognitivos, subjacentes a cada resposta ou a desempenhos alternativos, em relação ao esperado. Somente nessa perspectiva se torna possível realimentar o processo de aprendizagem e efetuar intervenções que favoreçam a retomada e consolidação de capacidades que não foram ainda desenvolvidas. Desse modo, as dificuldades possibilitam a verificação de conceitos e estratégias utilizados pelas crianças na resolução das atividades propostas no teste.

Evidencia-se, assim, o lugar de mediação do professor. A sua postura investigativa é o elemento central nesse tipo de avaliação: ele transforma a dificuldade em fonte de informação sobre o que a criança pensa sobre a escrita ou sobre o que ela acha que a escrita representa. A partir dessas informações, o professor poderá tomar decisões mais consistentes quanto à organização do processo de ensino e aprendizagem, avançar em seus objetivos ou persistir no trabalho de consolidação de certas capacidades ainda não desenvolvidas.

Análise, divulgação e utilização dos resultados pelo professor

De nada adianta aplicar um instrumento de avaliação apenas para classificar os alunos em categorias como “atrasado” ou “adiantado”. Para que a Provinha Brasil alcance os objetivos para os quais foi proposta, é necessário que o professor e seus colegas:

- analisem os resultados dos alunos (em grupo e individualmente);
- apresentem os registros da turma aos alunos, estabelecendo, com eles, metas a serem alcançadas;
- comuniquem os resultados aos pais, para incentivar o acompanhamento do aluno, orientando-os sobre como fazê-lo;
- utilizem os resultados para planejar, propor e executar ações, na sala de aula e na escola; para buscar a resolução dos problemas encontrados; para modificar estratégias e procedimentos de ensino que não se mostraram adequados; para avançar naqueles pontos em que os resultados se mostraram satisfatórios.

A importância da apresentação dos resultados da avaliação aos alunos

A comunicação dos resultados da avaliação aos alunos pode ser feita por fichas descritivas ou por gráficos (individuais ou de toda a turma), relatórios diários ou periódicos, entre outros meios. Independente do modo pelo qual os resultados dos alunos são comunicados, é importante, em seguida, estabelecer novas metas para o aprendizado. Cada aluno e a turma, como um todo, devem saber o que se espera que desenvolvam num determinado período de tempo. Fazer cartazes com essas metas ou objetivos (para a turma) e registrar nos cadernos de cada aluno suas metas individuais, são boas formas de organizar e favorecer a continuidade do processo de ensino-aprendizado.

Um outro aspecto deve ser levado em conta: no momento de comunicação de resultados da avaliação, também é oportuno incentivar os alunos a identificarem os problemas e erros mais recorrentes, sem receios de censuras. Assim, as crianças serão estimuladas a buscar informações e conhecimentos que possibilitem a superação dos problemas e lacunas constatados. Por isso, é fundamental que o aluno não só fale de suas dúvidas e dificuldades, como também sinta confiança no professor e nos seus colegas para pedir ajuda, quando julgar necessário.

A socialização dos resultados para as famílias dos alunos

A realização da Provinha Brasil não pode ficar restrita à aplicação do instrumento e à análise do desempenho dos alunos pelos educadores. Outra etapa importante desse trabalho é o de explicar aos pais, ou aos responsáveis, quais são os objetivos desse tipo de avaliação e quais são suas contribuições para a aprendizagem dos alunos e a reorganização do trabalho pedagógico da escola.

Essa explicação deve ser capaz de reafirmar e reconstruir o compromisso entre a família e a escola. Se existem relações de confiança, explicações sobre processos alternativos de avaliação podem ser bem recebidas; os pais podem compreender, assim, que uma avaliação sem notas, mais descritiva e processual, é importante para situar e posicionar o avanço escolar de seu filho.

A utilização de diferentes estratégias pode auxiliar o professor a orientar, de forma adequada, as famílias e possibilitar o repasse de informações sobre o processo de aprendizagem dos alunos, por meio de:

- elaboração de uma lista de itens que foram aplicados no teste, seguida da apresentação de alguns exemplos de como foi o desempenho da classe;
- seleção de algumas capacidades nas quais os alunos apresentam maior dificuldade, com explicações paralelas sobre como elas são desenvolvidas em sala e com exemplos de atividades e sugestões de tarefas.

As informações a serem repassadas pela escola devem possibilitar aos familiares saber realmente o que o aluno já aprendeu e aquilo que ainda precisa aprender. Os momentos de encontro com as famílias devem servir para

esclarecimentos, compreensão e reflexão sobre os desafios que precisam ser superados e para a construção de um compromisso entre escola e família, na busca de alternativas para as dificuldades dos alunos.

A avaliação e a formação continuada de alfabetizadores

Os materiais que compõem a avaliação da Provinha Brasil (o guia que explica os procedimentos da avaliação, a prova do aluno, as orientações sobre a aplicação da prova e o guia de correção) bem como a análise dos desempenhos dos alunos podem também subsidiar professores e educadores em seu processo de formação continuada.

Espera-se que esse conjunto de materiais e os resultados da avaliação mobilizem os educadores, de acordo com suas possibilidades e necessidades, para que formem grupos de estudo para planejar e fundamentar suas ações, refletir e avaliar sobre as contribuições e limites da ação pedagógica. Desse modo, a Provinha Brasil e todos os textos que a constituem, possibilitam a reflexão sobre a prática e a ampliação de conceitos e fundamentos teóricos que sustentam o trabalho na sala de aula.

A escolha e o uso de diferentes materiais didáticos

Como vimos anteriormente, com base na análise dos resultados da Provinha Brasil, é possível que os profissionais das escolas definam um conjunto de ações pedagógicas, para todo o ano letivo, com o objetivo criar situações de leitura e de escrita diversificadas em sala de aula e fora dela. Para a formação de alunos leitores e produtores de textos é necessária a organização de materiais impressos, que garantam a exploração das capacidades a serem desenvolvidas nas atividades de leitura e escrita, ao longo do ano.

Sabemos que uma das dificuldades para a realização de um planejamento que integre alfabetização e letramento diz respeito ao acesso a diferentes tipos de impressos produzidos pela sociedade. Muitas crianças chegam à escola sem ter tido oportunidade de conviver e se familiarizar com a variada gama de gêneros textuais de circulação social. Essa restrição provoca um desconhecimento sobre as diferentes formas de comunicação mediadas pelos textos escritos nas práticas de letramento. Entre os suportes e materiais de escrita do cotidiano escolar podemos hoje contar com livro didático, livros de literatura, quadrinhos, livros de imagens, dicionários, dentre outros.

A escola, muitas vezes, é o único lugar onde se torna possível o acesso aos textos, aos gêneros, aos suportes, sobretudo em comunidades onde não há biblioteca pública ou banca de jornais e revistas. Hoje ela conta com Programas do Ministério da Educação como o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático) e o PNBE (Plano Nacional de Biblioteca Escolar), que garantem a distribuição de livros didáticos e dicionários, como também a composição e ampliação periódica de acervos de bibliotecas. A escolha e os usos criteriosos desses materiais pelos professores podem contribuir para suprir parte das limitações das comunidades nas quais a cultura escrita depende

dessas ações. Por essa razão, torna-se necessário um breve comentário sobre cada um desses Programas do Governo Federal.

1- O livro didático

O livro didático é um material intencionalmente produzido para ser utilizado em um processo de ensino e aprendizagem escolares, no contexto de um programa curricular, de uma área de conhecimento e de um ciclo específico de ensino. Para que se torne um instrumento de efetivo apoio a esse processo, pressupõe-se que seja diversificado, flexível, sensível às variações das formas de organização escolar, dos projetos pedagógicos, dos interesses sociais e regionais e das expectativas dos profissionais que o utilizarão.

Essa premissa pedagógica não poderia ser desenvolvida sem uma referência à questão das políticas públicas de livros didáticos. Seu avanço é reconhecido, em escala nacional, desde 1985, através de ações do Ministério da Educação que se consolidaram com o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Ampliado e sistematizado a partir de 1996, tal programa passou a coordenar políticas de avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos destinados ao ensino público de nível fundamental, para os segmentos de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª séries. Atualmente o PNLD se amplia para o fundamental de 9 anos, abarcando praticamente todas as áreas de conteúdos curriculares. Do conjunto de programas, já desenvolvidos, resultaram diferentes edições do *Guia de Livros Didáticos*, todas contendo resenhas dos livros já avaliados e aprovados, que servem de referência para as escolhas dos professores.

Após a análise dos resultados dos alunos na avaliação da Provinha Brasil, um ponto de partida, para o planejamento das classes de alfabetização, poderá ser a revisão dos critérios utilizados pelos professores para escolher, manter em uso ou substituir determinado livro didático. Como nem sempre os professores terão à sua disposição todas as obras indicadas nas resenhas do Guia de Livros Didáticos, deve-se valorizar, principalmente, a contínua análise das obras já adotadas na escola, para melhor fundamentação de suas futuras escolhas.

Eis algumas questões que poderão orientar a reflexão acerca do livro didático:

- A obra analisada apresenta um manual destinado ao professor com contribuições objetivas para sua atuação?
- As concepções de ensino e aprendizagem, bem como a de linguagem, estão claramente consideradas no LD?
- A proposta da obra é adequada ao perfil de alunos alfabetizando e à realidade específica da escola?
- A obra contempla os aspectos mais importantes do trabalho na área de alfabetização, tendo em vista as capacidades progressivas necessárias para a aprendizagem da leitura e escrita?

- A proposta didática apresenta diversidade de textos e atividades?

Além dessas questões, já é do conhecimento do professor que outros critérios devem ser considerados, tais como: a contribuição da obra para o exercício da cidadania, com isenção de preconceitos e doutrinações; a correção de conceitos e informações básicas; a correção e a pertinência metodológicas; o atendimento aos principais eixos do ensino da língua e às diversas capacidades envolvidas em sua aprendizagem. Deduz-se, a partir daí, que a cuidadosa análise das resenhas, apresentadas ao professor, pode ser um apoio efetivo à sua decisão. As resenhas estarão sinalizando, por exemplo, as obras que oferecem uma abordagem mais completa e enriquecedora e aquelas cujas ressalvas ou lacunas exigirão trabalho atento do professor para sua complementação e ampliação.

Essa análise dos livros didáticos tem como objetivo levar à reflexão sobre a possibilidade de ampliação dos usos, que a escola vem fazendo, desses livros e sobre a qualidade e pertinência desses materiais disponíveis, em relação às metas traçadas para o Ensino Fundamental. Além disso, cabe refletir sobre como os livros didáticos adotados podem contribuir para auxiliar no desenvolvimento de práticas que possibilitem o avanço dos alunos em relação aos desempenhos que tiveram na Provinha Brasil.

2- Os dicionários

O Programa do PNLD também inclui a compra e a distribuição de dicionários para as escolas e seu objetivo é o de *equipá-las* com um número significativo de diferentes títulos de dicionários. Com isso, os professores passam a contar também com outro tipo de material didático – um material de referência e apoio para as disciplinas – que pode ser utilizado de forma articulada com os livros didáticos e também com os livros disponíveis na biblioteca escolar ou na sala de leitura.

Da mesma forma que os livros didáticos, os dicionários distribuídos às escolas são avaliados por equipes de especialistas para que cheguem às escolas livros adequados ao uso nos anos iniciais do ensino fundamental. Por seu projeto lexicográfico, um dicionário pode ser um instrumento bastante valioso para a aquisição de vocabulário e para o ensino e aprendizagem da leitura e da escrita; e isso, para todas as áreas e para todas as horas, já que ler e escrever, dentro e fora da escola, fazem parte de muitas outras atividades.

Os dicionários oferecem oportunidades bastante ricas para a criança que inicia seu contato mais próximo com a cultura escrita. O contato com o vocabulário, com o mundo das palavras dicionarizadas pode ser explorado em diferentes situações em que essas palavras ganham vida nos textos. Além disso, para o caso particular de Língua Portuguesa, um dicionário poderá dar subsídios importantes também para o estudo do léxico, em seus diferentes aspectos semânticos, morfológicos, sintáticos. Na maior parte das propostas curriculares estaduais e municipais, um dos objetivos gerais de todo o ensino fundamental é desenvolver, no aluno, a capacidade de recorrer, de forma

adequada, a diferentes linguagens, comunicando-se com eficácia em diferentes situações sociais. Uma vez que o progressivo domínio da linguagem escrita é central, tanto para o sucesso dessa empreitada quanto para o desenvolvimento da autonomia do aluno, os dicionários certamente têm uma contribuição efetiva a dar que ultrapassa os usos escolares que dele são feitos, pois, quando bem explorado na escola, passa a ser uma referência para toda a vida.

Os dicionários compõem dois diferentes acervos, organizados a partir dos níveis distintos de ensino e aprendizagem dos alunos. O primeiro é voltado para as classes de alunos que estão no processo de aquisição da leitura e escrita, ou seja, para aquelas crianças que freqüentam os dois ou três primeiros anos do ensino fundamental. Nessa fase da escolarização, muitas crianças estão se envolvendo, pela primeira vez, em práticas de letramento. Os resultados da Provinha Brasil podem revelar que as crianças se encontram em diferentes estágios do processo, seja de letramento, seja de alfabetização. Os resultados podem mostrar que parte desses meninos e meninas ainda não lê autonomamente, mas já sabe que a escrita é diferente da fala, já identifica letras e mesmo palavras, já escreve seu nome, já acompanha as leituras feitas em voz alta na sala de aula e, melhor que tudo, *quer* dominar a escrita, *quer* aprender a ler e escrever por si só. Pode mostrar também que outra parte desses alunos já tem alguma experiência acumulada de convívio com a escrita, e já domina o código alfabético, sendo capaz de ler e de escrever por conta própria, tanto palavras isoladas, quanto textos curtos e simples. Seja qual for o grupo e o nível dos alunos, o dicionário pode ser explorado. Para aqueles que se encontram no primeiro agrupamento, seriam bem-vindas atividades que explorassem o modo de organização dos dicionários, a ordem alfabética, entre outros aspectos passíveis de serem trabalhados. Já para aqueles alunos mais autônomos, os usos se potencializam e o trabalho do professor pode se voltar para a consulta freqüente do dicionário em atividades de leitura e escrita.

O primeiro acervo de dicionários recorre a ilustrações, com objetivo de complementar a definição, quando é o caso. Além disso, continua atento ao aluno que ainda não domina completamente a ordem alfabética, e, por isso, conta com a reprodução do alfabeto na margem de todas as páginas.

O segundo acervo está direcionado para o aluno das duas séries finais do primeiro segmento do ensino fundamental. O objetivo, neste caso, é familiarizar o aluno com o gênero lexicográfico dos dicionários-padrão, ainda que, em consequência das possibilidades do leitor iniciante e das demandas próprias da escola, esse dicionário atenda a compromissos didáticos. Esse segundo tem a aparência física de um minidicionário de uso geral e não traz ilustrações, é ainda mais detalhado nas informações lingüísticas sobre as palavras. Em ambos os casos, no entanto, a estrutura dos verbetes é mais simples e a linguagem das definições é mais acessível à criança do que nos dicionários-padrão, mesmo os de pequeno porte.

3- Os livros de literatura infantil

Outro importante Programa do Governo Federal, que pode auxiliar o professor no planejamento de suas atividades de alfabetização e letramento, é o PNBE (Programa Nacional de Biblioteca da Escola). Esse programa tem como objetivo principal democratizar o acesso a obras de literatura infanto-juvenil, brasileiras e estrangeiras. Para alcançar esse objetivo, desde 2005, a distribuição tem como meta equipar as bibliotecas escolares com livros de literatura. Tal ação significa a retomada da valorização desse espaço, a biblioteca, como promotor da universalização do conhecimento e, também, da universalização do acesso a acervos pelo coletivo da escola. Como ampliação desse Programa, em 2008, não só as escolas das séries/anos iniciais do ensino fundamental como também as instituições de educação infantil foram contempladas com os acervos de livros de literatura infantil.

A avaliação realizada em 2008 selecionou um conjunto de obras que foram agrupadas em três tipos de acervos: 1. Textos em verso – poemas, quadras, parlendas, cantigas, trava-línguas, adivinhas; 2. Textos em prosa – pequenas histórias, novelas, contos, crônicas, textos de dramaturgia, memórias, biografias; 3. Livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos, dentre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal, artisticamente adaptadas ao público da educação infantil e das séries/anos iniciais do ensino fundamental. O professor encontrará, no(s) acervo(s), livros das três categorias para que possa propiciar às crianças a vivência de diferentes gêneros e desenvolver conhecimentos e habilidades peculiares a cada um deles.

Além de assegurar os acervos com diferentes categorias e diferentes gêneros de textos, os livros são selecionados pelo critério de sua qualidade: a qualidade textual, que se revela nos aspectos éticos, estéticos e literários, na estruturação narrativa, poética ou imagética, numa escolha vocabular que não só respeite, mas também amplie o repertório lingüístico de crianças na faixa etária correspondente à Educação Infantil; a qualidade temática, que se manifesta na diversidade e adequação dos temas, no atendimento aos interesses das crianças, aos diferentes contextos sociais e culturais em que vivem e ao nível dos conhecimentos prévios que possuem; a qualidade gráfica, que se traduz na excelência de um projeto gráfico capaz de motivar e enriquecer a interação do leitor com o livro, e que compreende qualidade estética das ilustrações, articulação entre texto e ilustrações, uso de recursos gráficos adequados a crianças na etapa inicial de inserção no mundo da escrita.

Foi ainda critério para constituição dos acervos a seleção, dentre as obras consideradas de qualidade, nas três categorias – prosa, verso e imagem –, aquelas que representassem diferentes níveis de dificuldade, de modo a atender a crianças em diferentes níveis de compreensão dos usos e funções da escrita e em diferentes níveis de aprendizagem da língua escrita, possibilitando formas variadas de interação com o livro: a leitura autônoma pela criança (de livros só de imagens, de livros em que a imagem predomina sobre o texto, que se reduz a poucas palavras), e a leitura mediada pelo professor.

A articulação da Provinha Brasil com os Programas de formação continuada do MEC

É preciso enfatizar, contudo, que nenhuma avaliação ou indicação prévia de livros didáticos e literários, bem como as formas adequadas de uso desses materiais, poderá retirar do professor a prerrogativa de tomar essa tarefa de forma competente. Para que se aproprie do processo de escolha e utilização de livros didáticos, dicionários e livros de literatura é preciso que o professor se apóie nos resultados concretos das avaliações da aprendizagem dos alunos.

As ações, a escolha e o uso de materiais didáticos só poderão ser bem-sucedidos quando os profissionais levarem em conta um conjunto de critérios ou indicadores que possibilitem qualificar os materiais didáticos, paradidáticos e literários que podem utilizar em sala de aula. Pode-se afirmar, portanto, que esse processo de escolha e uso de materiais fazem parte da formação continuada do professor, contribuindo para fazer dele um profissional cada vez mais reflexivo e autônomo. É com esse objetivo, de articular os diferentes programas que desenvolve, que o MEC oferece cursos de formação continuada que elegem as questões sobre a organização das práticas de alfabetização e letramento. Dentre esses programas, na área de linguagem, vale comentar as ações da Rede Nacional de Formação e do programa Pró-letramento.

Embora a prática profissional seja um elemento constitutivo da formação dos educadores, estes necessitam ter espaços e tempos próprios para sua formação continuada ou em serviço. Através desse processo de formação, o profissional que atua nos anos iniciais do ensino fundamental poderá discutir suas experiências, atualizar-se em relação às novas tendências e abordagens produzidas na área, envolver-se em temas e procedimentos que possam contribuir para a superação de problemas e lacunas em sua prática docente. Poderá, em consequência, ter crescente autonomia para se tornar protagonista de seu processo de formação e contribuir para a formação de seus pares.

Nesse contexto, de possibilidades tão amplas, há ações e programas de formação continuada que ocorrem no espaço institucional e que devem ser previstos no projeto de alfabetização de cada escola. Uma outra dimensão da formação continuada refere-se às ações que ocorrem em um campo mais aberto, que vão além da própria escola: é o campo do intercâmbio com escolas vizinhas, de uma regional, do município, da superintendência, das secretarias e redes como um todo. Para o encaminhamento dessas modalidades, é importante determinar, no projeto de formação as modalidades democráticas de participação de professores, em ações fora da escola, demandadas pelo sistema ou pelo coletivo da instituição. Nesse sentido, vale a pena citar dois programas de formação continuada do Governo Federal que podem contribuir para o estudo e a reflexão das questões que envolvem o ensino da alfabetização e do letramento.

1- A Rede Nacional de Formação

Visando articular a formação inicial e a continuada, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), criou, em 2004, a Rede Nacional de Formação de Continuada de Professores, que tem por objetivo desenvolver cursos, materiais e acordos com escolas e redes de ensino para desenvolvimento da formação continuada no Brasil.

Na área de Alfabetização e Linguagem¹ cinco centros integram a *Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica*. Os centros fazem parte da estrutura das Universidades Federais de Minas Gerais e Pernambuco, das Estaduais de Campinas e Ponta Grossa e da Fundação Universidade de Brasília. A Rede cobre todo o país por meio de parcerias. Os centros estabelecem acordos com associações de professores, escolas, secretarias municipais e estaduais, com outras instituições de ensino superior e organizações não-governamentais, para atender às necessidades educacionais dos estados e municípios. Essa Rede é responsável por grande parte do desenvolvimento e da oferta de programas de formação permanente, e pela elaboração de novos instrumentos pedagógicos para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Para atender às diferentes demandas de professores, escolas e redes de ensino, as Universidades elaboram programas e cursos de formação continuada com uma estrutura maleável, própria para se adequar à diversidade da realidade brasileira. Como parte desses programas, produz materiais para serem usados, tanto em cursos, quanto em outros processos de formação. Há ainda materiais destinados, ao mesmo tempo, à formação de docentes e especialistas e ao aprimoramento de processos de ensino-aprendizagem na área da alfabetização e do letramento.

Os professores de Educação Básica, em exercício, diretores de escolas e dirigentes dos sistemas públicos de educação constituem-se em público-alvo prioritário das ações da Rede Nacional de Formação Continuada. A execução dos programas se realiza por meio da articulação dos Centros com os sistemas de educação estaduais, municipais e do Distrito Federal. Cada Sistema analisa as necessidades de formação dos seus professores, elabora um programa de formação continuada que atenda a essas necessidades e firma convênio com os Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação para a sua realização.

O Programa de Formação Continuada de cada sistema de educação define seus objetivos, as prioridades de atendimento, o cronograma de execução, a forma e as condições de participação dos professores e as possíveis vinculações das ações de formação com os programas de valorização docente.

¹ - A *Rede* também possui cinco centros de Educação Matemática e Científica e outros três nas áreas de Ensino de Ciências Humanas e Sociais, Artes e Educação Física, além de Gestão e Avaliação da Educação. No total, são 19 centros de pesquisa e desenvolvimento da educação de universidades localizadas em 14 estados do país.

As propostas de formação, oferecidas pelos centros, podem contribuir para auxiliar o professor na organização do trabalho docente, tendo como referências os desafios que enfrentam com seus alunos na sala de aula e, conseqüentemente, podem esclarecer as questões relacionadas aos processos avaliativos da aprendizagem das crianças. As produções dos Centros e seus conteúdos estão apresentados em catálogos produzidos pela SEB/MEC.

2- Pró-letramento

O Pró-letramento é outro programa de formação continuada de professores, criado em 2005 pela SEB/MEC, com o objetivo de obter resultados na qualidade da aprendizagem da leitura e escrita e da matemática nas séries iniciais do ensino fundamental.

O objetivo do Pró-letramento é o de atualizar e instrumentalizar os professores que estão em exercício nos anos/nas séries iniciais do ensino fundamental e, dessa forma, produzir efeitos positivos nas práticas de ensino que realizam. Para atingir esse objetivo, o Programa oferece cursos de atualização para os professores na modalidade à distância, desenvolvidos com o apoio de material impresso² e vídeos, além de contar com atividades presenciais e semipresenciais que são acompanhadas pelos profissionais das Universidades participantes. Os módulos de formação são realizados por meio de seminários presenciais e atividades de estudo a distância e prevêm, ao completar a carga horária de 180 horas, a formação de tutores em cada estado. Estes tutores, cuja escolha e seleção é feita pelas Secretarias de Educação de cada município, exercem dois tipos de ações no decorrer do curso: ao mesmo tempo, que se formam pelas Universidades na área do ensino da língua escrita, também planejam e executam, em sua região, um curso com estrutura semelhante.

Na área de ensino da língua escrita, o curso foi estruturado com o objetivo de proporcionar uma revisão e atualização de conceitos específicos das áreas da alfabetização e do letramento que, muitas vezes, não foram devidamente explorados na formação inicial dos professores. As estratégias de abordagem desses conhecimentos resgatam e valorizam as experiências consolidadas pelos professores, submetem essas experiências a uma análise para se identificar seus pressupostos teóricos e metodológicos e, finalmente, levam à reflexão sobre os limites das experiências e sobre as possibilidades que se apresentam. Dessa forma, a reflexão sobre a prática docente tem como fim avaliar a necessidade de redimensionamento do trabalho, que vem atrelada à necessidade de elaboração de instrumentos adequados para o exercício dessa competência. Espera-se contribuir para que os professores

² - A coleção Pró-letramento é composta por 7 fascículos que abordam as seguintes temáticas: 1- Capacidades Linguísticas da Alfabetização; 2- Alfabetização e Letramento: questões sobre a avaliação; 3- A organização do tempo Pedagógico e o planejamento do ensino; 4- A organização e uso da biblioteca e das salas de leitura; 5- O lúdico na sala de aula: projetos e jogos; 6- O livro didático em sala de aula: algumas reflexões; 7- Modos de falar, modos de escrever. A coleção conta ainda com um fascículo do Tutor e um outro complementar que trata de questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem da língua escrita.

reflitam sobre suas práticas de ensino, reformulando-as e adequando-as às necessidades de aprendizagem da leitura e escrita que são exigidas atualmente pela sociedade. Também é esperado que essa formação contribua para além das necessidades imediatas propostas, o que se concretiza na formação de lideranças locais que se tornem referência para a formação permanente de novos grupos de estudo, em âmbito local e regional.

O Pró-letramento apóia-se no pressuposto de que as discussões sobre a alfabetização e o letramento devem adotar uma atitude equilibrada em relação às polarizações teóricas e metodológicas que cercam essa área de ensino. Isso significa que os conteúdos dos materiais de formação procuram redimensionar as questões teórico-metodológicas, considerando o atual contexto político-pedagógico da educação fundamental no país, e as contribuições das diferentes perspectivas sobre o processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita nos anos iniciais de escolaridade. A discussão desses pressupostos baseia-se na experiência e no saber, acumulados pelos professores alfabetizadores, e nos desafios que enfrentam cotidianamente e nas respostas que dão a esses desafios nas suas escolas.

Os diferentes programas da Rede de Formação do MEC integram-se, portanto, à perspectiva formadora da Provinha Brasil. Eles podem ser mais um apoio para o planejamento pedagógico em torno da alfabetização e do letramento após a análise dos resultados alcançados pelas escolas e pelas redes de ensino.

Considerações finais

A articulação entre os diversos programas do MEC ligados à alfabetização e ao letramento e a Provinha Brasil reforça o caráter político-pedagógico que a diferencia de outras avaliações. O redimensionamento das práticas alfabetizadoras, a partir da análise das respostas dos alunos, seguramente levará o professor a buscar explicações em argumentos teóricos que poderão dar apoio ao planejamento das ações pedagógicas. Daí a importância dos programas em curso, tais como os da Rede Nacional de Formação, o Pró-letramento ou aqueles voltados à distribuição de materiais didáticos, entre os quais se incluem os livros didáticos, paradidáticos e de literatura, imprescindíveis tanto para o processo de alfabetização propriamente dito como para os efetivos usos sociais da escrita que, para muitas crianças, se iniciam nas práticas escolares de letramento.